

**A IMPRENSA PERIÓDICA MILITAR E OS JORNAIS DA MARINHA DO  
BRASIL (1861-1908)**

**THE MILITARY PERIODIC PRESS AND THE NEWSPAPERS OF THE  
BRAZILIAN NAVY (1861-1908)**

Tatiany Moretto \*

**Resumo:** Este artigo é resultado de um dos capítulos da dissertação de mestrado intitulada “As Companhias/Escolas de Aprendizes Marinheiros nas páginas dos periódicos militares: 1861-1908”, cuja pesquisa consistiu em identificar as reformas realizadas pela Marinha do Brasil nas Companhias/Escolas de Aprendizes Marinheiros nas páginas de quatro periódicos que circularam no país. O recorte temporal abrange o momento mais profícuo da imprensa militar brasileira e a sua investigação é essencial para compreender a trajetória das instituições ligadas a Marinha. Estes periódicos foram classificados enquanto militares e analisados como parte da imprensa periódica militar na perspectiva da nova história militar devido a sua apresentação ao público alvo, a formação militar de seus editores e redatores e o conteúdo que veiculavam. Estes, por sua vez, foram investigados a partir das publicações referentes às transformações ocorridas nas instituições de formação de marinheiros militares. Os periódicos selecionados para esta análise foram os jornais Anais Marítimos (1861), o jornal O Soldado e o Marinheiro (1869), a Revista Marítima Brasileira (1881) e o jornal O Marujo (1907).

**Palavras-chave:** Escola de Aprendizes Marinheiros; Imprensa Periódica Militar; Marinha do Brasil; Nova História Militar.

**Abstract:** This article is a result of one of the chapters of the master thesis titled “As Companhias/Escolas de Aprendizes Marinheiros nas páginas dos periódicos militares: 1861-1908”, where the research consisted in identifying the reforms carried out by the Brazilian Navy in the Companies / Schools of Marines apprentices on the pages of four periodicals that circulated in the country. This temporal cut-off covers the most productive moment of the Brazilian military press and its investigation is essential to understand the trajectory of the institutions linked to the Navy. These journals were classified as military and analyzed as part of the periodic military press in the perspective of the new military history due to its presentation to the target public, the military knowledge of its editors and redactors and the content they conveyed. On the other hand, they were investigated from the publications concerning the transformations that took place in the training institutions for military sailors. The periodicals selected for this analysis were the newspapers Anais Marítimos (1861), O Soldado e o Marinheiro (1869), the Revista Marítima Brasileira (1881) and the newspaper O Marujo (1907).

---

\* Mestre em História (UPF). E-mail: [Taty.mimi@hotmail.com](mailto:Taty.mimi@hotmail.com)

**Keywords:** Navy of Brazil; New Military History; Periodic Military Press; School of Marines Apprentices.

## INTRODUÇÃO

Além de realizar novas abordagens para temas clássicos, a nova história militar tem se destacado por apresentar novos objetos de estudo através de fontes que até pouco tempo não haviam sido exploradas. Nesse processo trazemos à luz a transformação da imprensa, até então considerada dispensável ao trabalho historiográfico, como relevante em meio a nova organização e estabelecimento das fontes de pesquisa.

A utilização deste tipo de material enquanto fonte sofreu com o peso da tradição, que resistia na busca pela verdade através da documentação oficial. Conforme Tania de Luca seria impreterível à construção historiográfica as “fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento” (LUCA, 2010, p. 112).

No contexto das novas práticas adotadas para a produção historiográfica promovida pela Escola dos Annales em meados de 1930, está a perspectiva da *history from below* ou “perspectiva dos vencidos”. Esta ampliou os horizontes da história social e cultural tornando necessária a busca por fontes que registrassem o cotidiano, alterando a própria concepção de documento. Contudo,

os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido dele, forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (LUCA, 2010, p. 112).

Compreendemos desta forma que cabe ao historiador selecionar e relacionar as fontes advindas da imprensa com o tempo em que foram produzidas, compreender e identificar os discursos nela veiculados a partir de seu contexto. Ao utilizar este tipo de fonte o historiador deve estar atento aos discursos que permeiam as publicações, as subjetividades e a intenção destas comunicações. Ademais, outro obstáculo para legitimar a imprensa era o uso da linguagem e dos símbolos, pois

[...] enquanto veículo de ideias e informações, a linguagem escrita traduz um universo simbólico – uma dimensão abstrata – que abarca signos, símbolos, conteúdos,

mensagens, sentidos, construção argumentativa, entre outros pressupostos. Sua decodificação impõe, ainda, o conhecimento do contexto muito preciso que o produziu ou fez existir; demanda, portanto, um trabalho de especialistas ou a crítica da erudição. (SAMARA; TUPY, 2010, p. 121).

Dentre as dimensões em que a pesquisa em periódicos tem relevância para a produção historiográfica, destacamos a “descoberta” da imprensa militar como fonte de análise para a compreensão de horizontes ainda pouco explorados na história militar brasileira. Segundo a historiadora Fernanda Nascimento, embora exista vasta produção acadêmica no que tange à imprensa como uma fonte ou enquanto objeto, “poucas pesquisas se dedicam ao estudo de jornais e periódicos militares – fonte rica para a melhor compreensão da temática militar” (NASCIMENTO, 2015, p.17). Dessa forma, é relevante considerar a existência de uma imprensa militar no Brasil durante o século XIX para o desenvolvimento de trabalhos sobre as instituições militares no país.

Entre estas instituições, estão as Companhias de Aprendizes Marinheiros (CAM), criadas em 1840 com o objetivo de formar marinheiros profissionais para o serviço da Armada. Os aprendizes eram menores entre 10 e 17 anos e recebiam uma formação elementar que abrangia o estudo das primeiras letras e o profissional voltado às práticas militares. Todas as Companhias brasileiras – chegaram a somar dezoito unidades – eram organizadas sob um mesmo regulamento. O primeiro foi baixado via decreto em 1855, substituído em 1885 e reformulado em 1906. Tais reformulações aconteceriam com o intuito de adequar a formação dos menores com o contexto social, político e com o avanço das tecnologias e da ciência aplicada ao armamento e táticas militares, vivenciado pelo país e pelo exterior ao longo do século XIX.

No entanto, os artigos veiculados nos periódicos militares apontando as discussões sobre tais mudanças no documento nos mostraram que em nenhuma das suas reformulações foram atendidas por completo as carências da instituição e de seus aprendizes. Estas carências se encontravam basicamente em todas as esferas da instituição. A começar pela estrutura física das CAM, no defasado quadro de oficiais para o serviço nas escolas, principalmente na falta de oficiais qualificados para o ensino dos menores, no alojamento dos aprendizes e de seus viveres (alimentação, saúde, moradia e fardamento). Foram essas carências entre muitas outras as quais procuramos identificar nos jornais militares dedicados a discutir a situação da Marinha. Porém, antes de iniciar nossa busca, realizamos uma breve investigação sobre a imprensa militar do século XIX e uma identificação individual dos periódicos militares da Marinha brasileira.

## 1. A imprensa da Marinha

Nos anos finais do século XIX, a história da imprensa possui alguns “marcos fundamentais de ruptura: a efervescência das primeiras gazetas do Brasil independente, os pasquins que explodem no complexo Período Regencial, a imprensa abolicionista e a nova imprensa do final do século”(NASCIMENTO, 2015, p.38). Em linhas gerais, estes marcos fundamentais caracterizam a história da imprensa no país.

Nas palavras de Nascimento foi possível identificar no início da década de 1880 um retorno à vívida imprensa regencial, apresentando semelhanças com que se publicavam os debates políticos referentes àquele momento. As publicações, por via de regra, buscavam “pôr em dúvida, analisar, combater. Combater a pretensa sacralidade das instituições; da escravidão, da monarquia, do latifúndio” (NASCIMENTO, 2015, p.39). A produção e circulação de periódicos foi bastante intensa. Estima-se em São Paulo a publicação de 1.500 títulos neste período e a imprensa periódica militar insere-se e partilha de muitos elementos em comum com a caracterização da imprensa nacional dos anos finais do Oitocentos.

A imprensa periódica brasileira como um todo, seguiu tendências internacionais tanto no que diz respeito à modernização da produção e distribuição dos jornais, revistas e pasquins quanto do conteúdo que neles se veiculava. Notícias relacionadas a ciência em geral ou mesmo curiosidades chegaram a marca de 300 periódicos entre os 7.000 criados no século XIX conforme o levantamento realizado no catálogo da Biblioteca Nacional por Moreira e Massarini. Segundo os pesquisadores,

na segunda metade do século XIX, as atividades de divulgação se intensificaram em todo o mundo, na sequência da segunda revolução industrial na Europa. Uma onda de otimismo em relação aos benefícios do progresso científico e técnico – expressa na realização das grandes Exposições Universais, iniciadas pela de Londres, em 1851, e nas quais o Brasil teve participação a partir da exposição de 1862 – percorreu o mundo e atingiu, ainda que em escala menor, o Brasil MOREIRA;MASSARINI, 2002, p.45).

A imprensa periódica militar também acompanhou uma tendência internacional, a do aprimoramento profissional dos militares entendida como uma consequência da própria “institucionalização das forças militares, aliado ainda à influência do cientificismo e da ilustração” (NASCIMENTO, 2015, p.41). Ou seja, a presença de jornais com conteúdo militar no Brasil e no exterior pode ser entendida como uma consequência da modernização e da profissionalização das forças armadas ao longo do século XIX impulsionada pelo progresso científico.

Os periódicos europeus dedicados à publicação de conteúdos militares os faziam em tomos distribuídos por temáticas e geralmente contemplavam assuntos de caráter científico e histórico. A imprensa periódica militar europeia ou mesmo a norte-americana não era desconhecida dos militares brasileiros e pode ter influenciado o surgimento da imprensa militar, principalmente após 1850. Dessa forma, no segundo quinquênio do século a rede da imprensa militar encontra-se baseada em dois pilares:

na internacionalização dos escritos, oriundos dos países-modelo, cujas forças armadas eram maiores e mais organizadas; e a nacionalização dos escritos dos militares brasileiros, que circulavam através de redes de acesso, proporcionadas pela constante troca de serviço dos militares entre as diversas províncias do Império (NASCIMENTO, 2015, p. 48).

Nossa pesquisa foi realizada utilizando ferramentas de busca digitais disponibilizadas no arquivo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Para filtrar os artigos, utilizamos a palavra-chave “aprendiz marinheiro” em cada periódico. Para ilustrar o número de ocorrências da palavra-chave construímos as tabelas abaixo que revelam quantas vezes ela apareceu no período de circulação dos jornais e da revista selecionados.

**Grupo 1: ocorrências da palavra-chave “aprendiz marinheiro”**

	Anais Marítimos	O Soldado e o Marinheiro	Total
Período de circulação	1861	1869	-
Número de edições	10	7	-
Ocorrências	0	0	0

Fonte: a autora.

**Grupo 2: ocorrências da palavra-chave “aprendiz marinheiro”**

	Período de circulação	Número de edições	Ocorrências
Revista Marítima Brasileira	1881 - 1889	16	8
	1890- 1899	18	6
Revista Marítima Brasileira	Período de circulação	Número de edições	Ocorrências
	1900- 1907	14	11
Total	-	48	25

Fonte: a autora.

O jornal O Marujo não foi incluído na tabela acima por não estar disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional. Esse jornal também pode ser encontrado digitalmente no arquivo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, mas não conta com ferramentas de busca e filtro. Ademais, O Marujo foi o único entre os quatro periódicos selecionados a estar vinculado a uma das unidades da EAM, neste caso a EAMSC (Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina). Este fator dispensou a busca por ocorrências da palavra-chave em suas edições.

Tendo em vista o contexto em que estavam inseridos os periódicos militares, passamos a caracterizar e investigar individualmente os jornais e revistas selecionados em dois grupos: O primeiro grupo foi constituído pelos jornais Anais Marítimos (1861) e O Soldado e o Marinheiro (1869) os quais identificamos e analisamos artigos referentes às Companhias de Aprendizes Marinheiros. O segundo grupo foi constituído pela Revista Marítima Brasileira (1881) e o jornal O Marujo (1907) os quais analisamos os artigos referentes às Escolas de Aprendizes Marinheiros.

Os dois grupos de periódicos foram analisados a partir de dois eixos temáticos distintos: o tema 1: reformas da Marinha nas CAM/EAM, reuniu artigos publicados referentes ao progresso da Marinha e necessidade de reorganização das CAM/EAM. O tema 2: processo de formação dos aprendizes: requisitos, referiu-se aos artigos dedicados à preparação do aprendiz, alistamento e recrutamento, saúde, instrução e disciplina.

## **2. Periódicos da Marinha brasileira: breve histórico**

*Anais Marítimos: periódico consagrado aos interesses da Marinha*

O jornal *Anais Marítimos* foi um dos periódicos ao qual podemos considerar parte da imprensa periódica militar, pois se intitulava como “consagrado aos interesses da Marinha”. Apesar do título de “Anais”, este era um periódico quinzenal. Sua primeira edição data do dia 14 de maio de 1861. Em seu frontispício, lê-se: “Publica-se duas vezes por mês, em dias indeterminados, na Tipografia de Nicolau Lobo Viana e Filhos, na rua da Ajuda nº 79, onde serão recebidas todas as comunicações e reclamações. Preço da assinatura: por ano 6\$000; por seis meses 4\$000, pagos adiantados”(Anais Marítimos, 1861, nº1, p.1).

Contudo, havia pretensão de aumentar a periodicidade do jornal. Nas palavras do redator, “se formos honrados com a animação dos poucos que entendem, que a Marinha é uma

necessidade do país, a publicação será mais amudada e em maior número de páginas” (Anais Marítimos, 1861, nº1, p.3). Apresenta-se no formato *in-quarto*, comum aos periódicos do período, normalmente com 8 páginas escritas em duas colunas e poucas ilustrações, dividido em duas partes: Parte Oficial e Anais Marítimos. Nelas seriam publicados os seguintes temas:

os Anais Marítimos, periódico especialmente dedicado aos interesses da Marinha, não tem bandeira política, o que não quer dizer que seu redator não tenha firmes e inabaláveis crenças a tal respeito.

Advogado desinteressado e extrenuo (sic) da marinha, este periódico procurará, por todos os meios honestos, prestar-lhe serviços, publicando não só artigos originais, como traduções de reconhecido mérito.

Além disso, publicará as ordens gerais e circulares do Quartel General da Marinha, cujas disposições forem permanentes. (Anais Marítimos, 1861, nº1, p.3).

Para se apresentar ao público leitor, o jornal expôs em sua primeira edição um texto sem assinatura e que expressava o quanto era difícil construir e manter ativo um periódico de exclusividade militar:

Mais uma tentativa! Mais um esforço, que faz a Marinha, para ter um órgão na imprensa, que advogue seus interesses e promova seu desenvolvimento!

Qual futuro que aguarda esta nova tentativa? Deus o sabe: ao homem apenas é dado conjecturar. E, desgraçadamente, as conjecturas, que formamos, nada tem de lisonjeiras.

Quando consideramos as poucas habilitações, que temos para escrever um periódico de Marinha, havendo por aí tanta gente a fazê-lo proficientemente, admiramo-nos de nossa ousadia e surpreendemo-nos de tal anomalia, em um país onde a luz vai pouco a pouco espalhando as trevas. (Anais Marítimos, 1861, nº1, p.2)

A característica mais evidente dos redatores e dos *Anais Marítimos* foi a de atribuírem para si a missão árdua, mas necessária, função de manter em circulação um periódico exclusivamente militar: “do que aí fica escrito, é claro, que nossas ambições são muito limitadas; que não queremos, com asas emprestadas, tomar o voo audacioso da águia, para em pouco tempo cairmos em um abismo, de onde não seja possível sair. (Anais Marítimos, 1861, nº1, p.2)”

Estão disponíveis na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional apenas 10 edições dos Anais Marítimos. Com base na leitura do último exemplar disponível, observamos que não há informações explícitas no periódico que ele tenha sido fechado, mas também não há edições que já tenham sido usadas como fonte ou objeto de estudo ou que já o tenha classificado como periódico militar. Ademais, não obtemos informações exatas sobre a identidade do redator além da ligação do periódico com o jornal O Brasil Marítimo. Os artigos recebiam em sua maioria

abreviações como: “C.B.; H.B.; F.J.F.; J.J.M.C.; M.C., as quais acreditamos ser de oficiais e demais colaboradores da classe militar.

### *O Soldado e o Marinheiro: jornal militar*

O Soldado e o Marinheiro foi um periódico militar de curta duração, veiculado por quatro meses. Tinha em média 4 páginas e era publicado semanalmente. Dos exemplares disponíveis na Biblioteca Nacional datam a primeira edição de 9 de outubro de 1869 à sétima em 21 de novembro de 1869. Porém, conforme Nascimento existe mais cinco edições indisponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. A última delas data de 19 de fevereiro de 1870. Sem informações concretas sobre o término das publicações foi possível supor que por ter sido editorado por apenas uma pessoa, o periódico não tenha conseguido se manter devido aos custos da produção. Este tipo de periódico não possuía grande tiragem dependendo apenas das assinaturas e das vendas avulsas. Não se encontram nas páginas de O Soldado e o Marinheiro anúncios publicitários, como os demais periódicos militares, limitando-se a publicar matérias específicas do público alvo. Para Nascimento, também foi possível que “a ligação do redator com a Escola Militar tenha impossibilitado sua experiência na imprensa como redator anônimo de um periódico” (NASCIMENTO, 2015, p.152). Apesar de não ser anunciado em nenhum dos exemplares, a historiadora afirma que o redator de O Soldado e o Marinheiro foi Eduardo de Sá Pereira de Castro, tenente reformado do Exército. O redator sentou praça no Exército em 1842, e tornou-se alferes-aluno da Escola Militar, aonde formou-se bacharel em Matemáticas e Ciências Físicas. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e publicou, até sua morte, em 1872, uma série de livros e compêndios (NASCIMENTO, 2015, p.149).

Assim como os Anais Marítimos e a Revista Marítima Brasileira, o jornal O Soldado e o Marinheiro também foi publicado no Rio de Janeiro. Para adquiri-lo, assinaturas poderiam ser feitas na livraria de Dupont & Mendonça, rua Gonçalves Dias, nº45. O jornal era reproduzido pela Tipografia Dezesesseis de Julho de J. A. dos Santos Cardoso e havia três modalidades diferentes de assinatura, bem como valores diferenciados para a distribuição na Corte e nas Províncias, o que evidencia a circulação do periódico fora da região central do país. Na Corte o valor era por: ano 6\$000, semestre 3\$000 e trimestre 2\$000; para as Províncias: ano 8\$000, semestre 5\$000 e trimestre 3\$000. Número avulso 200rs. (O Soldado e o Marinheiro, 1869, nº1, p.1)



Concordamos com Nascimento, quando afirmou que O Soldado e o Marinheiro foi um periódico “fruto da crise institucional do Exército no final da Guerra do Paraguai e da crise política estabelecida no Império” (NASCIMENTO, 2015, p.153), pois suas páginas reproduzem a necessidade da participação política dos militares. Ao contrário dos Anais Marítimos, O Soldado e o Marinheiro não possuía um plano específico para suas publicações ressaltando que versaria sobre interesses da classe militar.

Os artigos do jornal O Soldado e o Marinheiro também incidem sobre a condição de abandono da classe como um todo. A participação militar nos “quinhões do Estado” era considerada pelo redator como imprescindível ao desenvolvimento das liberdades pátrias. Levando em consideração o contexto de publicação do periódico e as transformações pelas quais as Forças Armadas viveram nos anos anteriores ao conflito com o Paraguai, principalmente o desenvolvimento e ampliação dos arsenais, identificamos que o foco dos artigos estava na pouca participação da classe militar no cenário político. E, para reafirmar as condições intelectuais do militar o jornal publicou o artigo homônimo, O Soldado e o Marinheiro:

(...) hoje os militares são perfeitamente instruídos não só nas ciências físicas e matemáticas, abstratas e aplicadas, senão também no direito e economia política; não, porque ela encerra em si todos os ramos da engenharia, da indústria, do comércio, das artes e da agricultura, em que se baseia o desenvolvimento material do país; não, porque das escolas central militar e de marinha saem moços formados em letras e ciências, que são distintos representantes do nosso desenvolvimento intelectual; e se atentássemos à estatística, poderíamos asseverar que é ela uma das classes mais ilustradas e que contem as primeiras inteligências e notabilidades científicas e literárias. (O Soldado e o Marinheiro, 1869, nº1, p.1)

Os artigos que discorrem sobre a relevância e merecimento da classe militar em participar ativamente nas cadeiras políticas do Império e o martírio do serviço militar caracterizaram o discurso do jornal O Soldado e o Marinheiro. A Guerra do Paraguai foi o pano de fundo e também o fio condutor da grande maioria das temáticas discutidas pelo jornal. Ao abordar o conflito, o periódico recebia contribuições de outros redatores em forma de crônica, também direcionadas ao foco principal do periódico.

Classificamos O Soldado e o Marinheiro enquanto periódico da imprensa militar tanto pelo direcionamento de seu conteúdo quanto pela origem de seu redator, também militar. As notícias possuem assinatura exceto as Crônicas, seção localizada na última página do jornal em que eram publicados textos enviados ao redator e as matérias veiculadas em periódicos do exterior reproduzidas no jornal como traduções ou na língua original.

A Revista Marítima Brasileira pode ser entendida em dois momentos distintos. Para o historiador José Miguel Arias Neto, no primeiro está o registro de sua fundação ou sua primeira publicação em março de 1851 até julho de 1855. O segundo marca 1881 como ano da primeira publicação da Revista Marítima Brasileira, a qual possui publicações constantes até hoje como continuidade da revista de 1851 (ARIAS NETO, 2011, p.9). As edições a partir de 1881 até as mais recentes podem ser encontradas na Hemeroteca Digital no site da Biblioteca Nacional, onde buscamos os exemplares explorados nesta pesquisa. Consideramos este periódico como pertencente à imprensa periódica militar pelas características que apresenta em sua produção, divulgação e público alvo.

Na primeira edição da Revista Marítima Brasileira publicada em 1º de março de 1851 constava a seguinte apresentação:

Passados 28 anos da brilhante existência da nossa Marinha, quando tantos feitos heroicos (sic) iam esvanecendo-se nas sombras do esquecimento, eis surge à luz que lhes dará vida e os tornará eternos; (...) Em extremo orgulhosos dos foros dos cidadãos brasileiros, jamais adotaremos os princípios de que a obediência passiva imposta ao militar importe incompatibilidade às suas aspirações políticas, e nem entenderemos no sistema que nos rege, justo e legal o exclusivismo em assuntos de interesse geral da sociedade. (ARIAS NETO, 2011, p.9).

Dessa forma, o periódico anunciava o eixo em que se dariam suas publicações e se identificava como instrumento de legitimação dos feitos heroicos como espaço de discussão de temas referentes às suas aspirações políticas e aos interesses da sociedade.

A Revista Marítima Brasileira era editada e comercializada pela Tipografia do Diário de Nicolau Vianna Lobo, no Rio de Janeiro. A primeira edição também apontou o foco das publicações, periodicidade e como adquiri-la:

1º A Revista Marítima Brasileira será publicada de 15 em 15 dias, em formato de 4 a 8 páginas, ou mais se for possível;  
2º Será mantida por assinaturas de 5\$000rs. Anuais, pagos adiantados.  
3º Receberá artigos que versem sobre a marinha, embora seus autores não pertençam a Ela, devendo os mesmo autores responsabilizarem-se pelas suas doutrinas (ARIAS NETO, 2011, p.10)

Sobre o layout da revista, constatou-se que este era bastante simples se comparável a tantas outras veiculadas no mesmo período. Apresentava-se no formato in-quarto, normalmente

com 8 páginas escritas em duas colunas e poucas ilustrações. O que se destacou no primeiro momento da Revista Marítima Brasileira ou a sua divisão em duas partes: a Parte Oficial e A Revista, posteriormente alterada para Revista Marítima Brasileira.

Destacamos nesse primeiro momento que os artigos publicados não eram escritos por militares. O periódico veiculava publicações no sentido de melhorar o progresso da marinha em todos os sentidos possíveis, mas cabia ao autor responsabilizar-se pelos seus escritos mesmo que não identificado ao final da publicação. Sobre o valor cobrado para adquirir a revista (5\$000rs), Arias Neto destaca quase como inacessível, pois “para se ter ideia do custo da revista, verifica-se que em 1843, o soldo de um sargento era de 20\$000 e de um marinheiro de primeira classe 12\$000. Por outro lado, um almirante recebia um salário de 250\$000”. Tais valores revelam que o público leitor da revista não se encontravam entre os marinheiros de baixa patente. (ARIAS NETO, 2011, p.13)

Os temas abordados na Revista Marítima Brasileira entre outros, eram os seguintes: “a discussão da carreira profissional para os militares da Marinha, o montepio militar e o Asilo de Inválidos, a carreira dos marinheiros, o regimento provisional, os orçamentos da Marinha no Parlamento, os Artigos de Guerra, o tráfico negreiro” (ARIAS NETO, 2011, p.26).

A partir de 1881, A Revista Marítima Brasileira passou a ser editada na Tipografia Lombaerts & C., na rua dos Ourives, nº 7. Sabino Eloi Pessoa era um dos diretores desta segunda fase do periódico, ao lado de José Egydio Garcez Palha e Alfredo Augusto de Lima Barros. A Revista acompanhava a tendência mundial da publicação de pesquisas científicas e conteúdos concernentes aos avanços tecnológicos para a prática de guerra. Relacionando-a com a elite do século XIX e com o adiantado estado de consolidação das Forças Armadas europeias, a Revista Marítima Brasileira foi projetada por seu redator como uma “demonstração do alinhamento das ideias nos dois continentes”.

Identificamos que o periódico se constituiu enquanto um espaço para discussão de ideias, interesses e ações em benefício do progresso da Marinha e conseqüente progresso do país. Neste sentido, os redatores fizeram o seguinte apelo à Armada:

na sua inteligência está a esperança, e de seus esforços dependem os futuros destinos do país, sobre os quais exercerá na marinha poderosa e irresistível influência. E a todos os Brasileiros em geral nos dirigimos também, porque a todos interessa o progresso da marinha tanto mercante como de guerra, ambos elementos perduráveis de grandeza e prosperidade (Revista Marítima Brasileira, 1881).

A *Revista* propunha a possibilidade do militar participar ativamente dos debates políticos acerca das Forças Armadas. Desta forma, a revista precisa ser compreendida dentro de sua singularidade: “era um periódico voltado a um público específico, ‘interessado na problemática naval’, do ponto de vista científico e organizacional, em outras palavras, destinava-se primordialmente para os oficiais da Marinha, (...) pois ela seria “o meio” pelos quais estes oficiais influiriam nos destinos nacionais” (ARIAS NETO, 2011, p.11).

E, nesse sentido, contemplamos a análise da *Revista Marítima Brasileira* como essencial para a identificação das pautas discutidas acerca das renovações tidas como necessárias na Marinha, em especial nas instituições de formação de marinheiros, responsáveis por preencher os arsenais e navios com profissionais qualificados ao serviço da Armada.

#### *O Marujo: Órgão da Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina*

Em comemoração aos 50 anos de fundação da Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina em 24 de outubro de 1857, localizada em Desterro, atualmente Florianópolis, surgiu o jornal *O Marujo*. Impresso na Livraria Moderna, Praça 15 de novembro nº 27 na capital, o periódico promovia a divulgação de informações da instituição em forma de notícias. Normas, regulamentos e artigos escritos por oficiais eram publicados no jornal. Diferente dos demais periódicos já citados, *O Marujo* não era comercializado, não havendo a possibilidade de assina-lo, pois era classificado como órgão pertencente a EAMSC para comunicação de assuntos internos.

O jornal que circulava também fora dos muros da Escola e serviu como propaganda e divulgação dos ideais da instituição, durou menos de 2 anos. Estão disponíveis de forma digitalizada na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC) 10 exemplares datados de 24 de outubro de 1907 a 12 de outubro de 1908.

Na primeira edição do jornal, datada de 24 de outubro de 1907, foram descritos detalhadamente as disposições do Decreto de criação da EAMSC n. 2.003 de 24 de outubro de 1857 e o regulamento nacional para funcionamento das instituições de ensino da Marinha. O periódico não apresentava um plano estratégico para as publicações. No entanto, além das informações oficiais, *O Marujo* trazia artigos sobre noções de disciplina, religiosidade, curiosidades sobre o corpo humano, transferências de alunos e oficiais pra outras Escolas ou Corpo de Imperiais Marinheiros, baixas e notas de falecimento de aprendizes e oficiais, pequenas lições sobre armamentos e tecnologia naval, seguindo a tendência internacional da

divulgação científica nos periódicos. Havia um noticiário naval e de notícias do exterior, também dedicadas às inovações tecnológicas da esquadra brasileira em comparação as europeias, norte-americana e, em especial, a da vizinha Argentina.

A partir da segunda edição do jornal, foi possível encontrar junto ao expediente a descrição sobre o objetivo e a função principal de sua circulação e, observamos que o conteúdo publicado na primeira edição já estava de acordo com o sua missão: “O Marujo publica-se mensalmente e tem por único fim desenvolver entre os Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina, o amor à pátria, ao estudo e às nossas gloriosas tradições, e cultivar rigorosamente o espírito militar”. (O Marujo, 1907, nº2, p.1.)

A caracterização da nação brasileira enquanto pátria-mãe dos cidadãos foi recorrente nas páginas do jornal O Marujo. Dessa forma, compreendemos que as Escolas de Aprendizes foram instituições que promoveram a formação para o serviço dos aprendizes marinheiros à Pátria na medida em que forneciam uma instrução para civilidade dos menores, necessária para constituição de uma nação e presente durante o processo de aprendizagem. O Marujo foi um jornal militar dedicado a reforçar o civismo entre os aprendizes marinheiros. Suas edições estavam permeadas de discursos patriotas que lembravam a missão do aprendiz e da Marinha no serviço à pátria.

O responsável pelo jornal O Marujo foi o primeiro-tenente Lucas Alexandre Boiteux. A atuação do tenente Boiteux esteve diretamente associada com a trajetória do jornal visto que desempenhava a função de editor e, assim como os demais redatores e editores dos periódicos militares, Boiteux apresenta-se como um intelectual dono de um conhecimento profundo sobre a Marinha e que também contribuiu com outras instituições além da EAMSC e o jornal O Marujo.

Apesar do curto período em que se manteve em circulação, o jornal O Marujo se mostrou uma ferramenta que anunciava uma instituição capaz de disciplinar, normatizar e estabelecer hábitos compatíveis às ambições do desenvolvimento urbano e social daquela época. O foco do jornal também era de aumentar o número de alistamentos, pois a alfabetização era condição fundamental “para ser cidadão politicamente participante da República brasileira” ou, de todo modo seria “necessário criar personagens que pela profissão, hábitos e controle mantivessem tal governo” (MACHADO, 2007, p.80).

Os artigos do periódico eram em grande maioria assinadas por seus autores. Identificamos como os mais frequentes o Imediato da Escola Manuel C. G. Coutinho e o Capitão Tenente Appio Torquato Fernandes do Couto, ambos contribuíram com O Marujo

escrevendo sobre lições de artilharia e tecnologias navais, bem como o avanço que a instrução nas EAM proporcionava ao desenvolvimento da nação. Para os artigos não assinados, acreditamos que grande parte tenha sido redigida pelo editor chefe do jornal, o primeiro-tenente Boiteux. A extinção do *Marujo* não é clara, pois identificamos apenas a transferência do responsável pelo jornal para o 1º Distrito Naval, no Rio de Janeiro, como motivo para seu encerramento.

### **3. As CAM/EAM nas páginas dos periódicos militares: reflexões**

O jornal *Anais Marítimos* e o jornal *O Soldado e o Marinheiro* fazem parte do primeiro grupo de análise desta pesquisa, o qual investigou as reformas e os requisitos para a formação dos aprendizes marinheiros nas CAM.

O primeiro fator que consideramos importante ressaltar entre estes dois periódicos foi o de que não houve nenhum tipo de publicações sobre as reformas na CAM – tema 1 e nem sobre o processo de formação dos aprendizes – tema 2, no período em que estiveram em circulação, 1861 e 1869.

Os periódicos não se pronunciaram, pois seus interesses estavam ligados ao militar em serviço e a sua participação política na sociedade. Creditamos essa ausência às características dos dois periódicos, ambos dedicados à classe militar, além de não circularem mais quando os debates alcançaram seu auge entre os anos de 1880 até 1907.

O jornal *Anais Marítimos* se dedicou a discutir os problemas da Marinha de uma forma geral entre os marinheiros que já prestavam serviço à instituição. As críticas se deram entorno da formação dos oficiais e da necessidade de progresso na Marinha. Entre as críticas estavam a falta de incentivo ao alistamento e permanência dos marinheiros na profissão como observamos no artigo publicado na edição de n. 3 e 4 a partir do Relatório do Ministério da Marinha de 1861:

Um desânimo geral paralisa todas as forças, e muitos oficiais que ainda na flor da idade já contavam serviços importantes, vão abandonando a carreira, porque lhes seria preciso envelhecer num serviço monótono, inglório e mal retribuído, antes de obter uma justa recompensa de suas fadigas.

“Como, nas circunstâncias atuais, obter alistamentos voluntários; como impedir a deserção dos que são arrastados violentamente à mais trabalhosa, arriscada e enfadonha das profissões?”

“Que incentivo, que glória, que futuro aguarda o marinheiro brasileiro?” (*Anais Marítimos*, 1861, nº 3, p. 2; continuação na edição nº 4, p. 1)

Identificamos que o período em que se deu a publicação do artigo acima era o das mudanças que o governo vinha traçando tendo em vista o conflito com o Paraguai, em 1864. Os questionamentos eram consequência do tempo de serviço obrigatório fixado em 20 anos e que gerava as dificuldades de alistamento.

No jornal O Soldado e o Marinheiro identificamos a CAM apenas de forma indireta, indicando a sua função:

É realmente uma das mais úteis instituições militares, de tantas criadas pelo Governo; faz do indigente e do órfão, um cidadão moralizado e prestimoso ao seu país, e um soldado apto para instruir e disciplinar seus companheiros, quando mais tarde se achar em serviço no corpo que lhe for designado. (O Soldado e o Marinheiro, 1869, nº5, p.4.)

Consideramos comum entre os dois jornais as opiniões que tinham sobre as Companhias. Ambos os periódicos a descrevem como uma das instituições mais úteis aos interesses da Marinha num período em que tanto os marinheiros quanto os soldados buscavam se fortalecer enquanto classe. Dessa forma, a “transformação do indigente e do órfão em um cidadão moralizado e prestimoso ao seu país” através dos preceitos militares ia ao encontro dos ideais defendidos pelos jornais.

A incidência dos temas 1 e 2 nos dois periódicos foi organizada na tabela abaixo:

<b>CAM nos jornais militares de 1861 e 1869</b>				
Ano	Periódico	Nº de edições	Ocorrências do tema 1	Ocorrências do tema 2
1861	Anais Marítimos	10	-	1
1869	O Soldado e o Marinheiro	7	-	-

Fonte: a autora.

Consideramos que tanto os Anais Marítimos quanto O Soldado e o Marinheiro contemplavam o acesso à educação como garantia não só da formação do soldado/marinheiro, mas também de um cidadão com instrução superior à média.

A Revista Marítima Brasileira e o jornal O Marujo são os periódicos que fazem parte do segundo grupo de análise desta pesquisa, o qual se dedicou a investigar artigos referentes às reformas e requisitos para a formação dos aprendizes nas EAM.

A análise dos periódicos do grupo 2 apresentou a incidência dos temas 1 e 2 conforme a tabela abaixo:

### EAM nos jornais militares de 1881 a 1908

Ano	Periódico	Nº de edições	Ocorrências do tema 1	Ocorrências do tema 2
1881- 1907	Revista Marítima Brasileira	48	21	21
1907-1908	O Marujo	10	31	32

Fonte: a autora.

Identificamos características comuns entre os dois periódicos no período em que ambos estavam em circulação, no ano de 1907. Nesse ano, o jornal e a revista deram mais ênfase aos requisitos para a formação do aprendiz marinho, tema 2, do que as reformas para as EAM, tema 1. Associamos a veiculação dos artigos que abordaram a saúde, a instrução e a disciplina dos menores à vigência do Decreto baixado em 1906, pois esse também promoveu mais mudanças e enfatizou esses quesitos.

Tanto a Revista Marítima Brasileira quanto o jornal O Marujo classificavam a EAM como uma instituição indispensável para a formação dos marinheiros profissionais. Os dois periódicos compartilhavam da ideia de que a missão de reabilitar menores pobres, órfãos e desvalidos para o serviço na Marinha de Guerra era um processo gradativo e repleto de obstáculos, mas acima de tudo nobre.

O jornal O Marujo, que pertenceu a um contexto relativamente diferente dos demais por se tratar de um periódico local e exclusivamente dedicado a EAMSC, apresentou o patriotismo como elemento indispensável no processo de aprendizagem dos menores. Durante o seu período de circulação que foram 12 meses teve em média 1,2 edições. Em todas as edições foram encontradas ocorrências dos temas 1 e 2. O jornal teve como objetivo conscientizar os aprendizes da valorização pela oportunidade que a instituição oferecia de se educar 164 e se profissionalizar reclamando apenas o serviço que todo o cidadão devia a Pátria, o serviço militar.

A Revista Marítima Brasileira foi dentre os quatro periódicos selecionados o único que circulou durante todo o recorte temporal de nossa investigação, 47 anos. Constatamos que as discussões para as reformas da EAM tinham por base as informações redigidas nos relatórios do ministério da Marinha e nos regulamentos em vigor. Os artigos abordavam as mudanças necessárias na instituição utilizando estes documentos por incluírem os dados referentes ao preenchimento dos quadros com estatísticas de alistamento/deserção, saúde e instrução, estrutura e manutenção da EAM. A publicação desses dados tinha o intuito de enfatizar a urgência em promover as reformas.



Também foi o periódico com maior número de publicações a respeito da instituição. Utilizando os dados do recorte temporal do segundo momento da revista a partir de 1881, o total de 26 anos, a Revista apresentou em média 6,5 edições mensais. Os temas 1 e 2 apresentavam-se de forma conjunta dentro dos artigos, não sendo possível desassocia-los. Em média 0,8 das edições tiveram ocorrência dos temas. Saúde, alimentação, alistamento eram discutidos em conjunto por autores que buscavam nos Relatórios do Ministério da Marinha dados para ratificar o que sugeriam. Essas publicações foram contínuas e expunham os resultados que a criação das instituições de instrução representava para a Marinha e para o Estado, sendo eles positivos ou não.

Diferente da Revista Marítima Brasileira, o jornal O Marujo não discutia as reformas para as EAM de um modo geral, mas publicava pontualmente sobre as mudanças na unidade de Florianópolis e da renovação da esquadra. Os artigos escritos pelos instrutores da Escola e que abordavam a formação dos menores eram longos e usualmente tinham continuação na edição seguinte, nos indicando que a conscientização dos alunos com o seu dever era uma tarefa permanente.

Consideramos como característica exclusiva do jornal a sua ligação com a EAMSC. Entre os periódicos analisados, ele foi o único que teve como público alvo os aprendizes marinheiros. A esse fato se devem os artigos que exaltavam as tradições militares, a importância da instrução, da disciplina e do dever com a Pátria.

Após a análise dos quatro periódicos militares, encontramos algumas características comuns entre a sua produção e o seu propósito que merecem destaque. Identificamos nos Anais Marítimos, no jornal O Soldado e o Marinheiro, na Revista Marítima Brasileira e o Marujo redatores e ou editores como oficiais ilustrados e em grande medida educados em instituições militares ou ligados a elas como funcionários.

Os jornais Anais Marítimos e O Soldado e o Marinheiro apesar de não apresentarem publicações específicas sobre as reformas não tiveram sua análise descartada. Ambos precederam a reorganização da instituição em 1885 e, portanto levantaram discussões que serviram para reflexão da importância da manutenção e desenvolvimento da Marinha e, especialmente do pessoal que nela servia.

Os militares responsáveis pela atividade dos periódicos buscavam além da promoção de melhorias na Marinha a união da classe militar ao reivindicar suas carências. Pelo cunho crítico dos jornais em relação ao serviço militar não houve referências específicas sobre as Companhias de Aprendizes, mas sim sobre o movimento de renovação que todos os setores da

Marinha necessitavam para se adequar às transformações da modernidade, seja em relação a tecnologia bélica ou da estratégia naval que se aprimorava no desenrolar das guerras no exterior.

Para dar mais visibilidade as discussões que abordavam muitas vezes os periódicos anunciavam uns aos outros promovendo sua divulgação entre os militares e a sociedade civil. Em *O Marujo*, por exemplo, o redator agradece os colegas que anunciaram o surgimento do periódico em suas edições e também notícia a recepção dos colegas dos seguintes jornais: *O Aprendiz Marinheiro da Escola da Bahia*, *A Fé*, *A Esperança*, *O Livro*, *O Novidades*, *O Farol*, *O Albor*, *A Palavra*, *O Mês*, *Gazeta Joaquinense*, *O Tijuquense* e *O Escolar*. (*O Marujo*, 1907, nº 2, p. 4)

Os periódicos militares investigados não veiculavam nenhum tipo de publicidade e dependiam apenas das assinaturas para manter-se na ativa. A dificuldade em manter circulando um periódico com conteúdo exclusivo aos militares pode ser observado pelo período de tempo em que veicularam seus artigos. Com exceção da *Revista Marítima Brasileira*, os demais periódicos foram extintos: *O Soldado* e *o Marinheiro* com quatro meses; *O Marujo* com doze meses e os *Anais Marítimos* sem data precisa para seu fechamento.

Em relação ao preço para aquisição dos jornais militares selecionados para esta pesquisa, observamos que foi superior aos demais jornais comercializados entre as décadas de 1870 a 1889 na capital do Rio de Janeiro.

Periódicos como *Gazeta de Notícias* custavam 1\$000 de assinatura mensal e 40rs o número avulso; o *Diário do Comércio* possuía assinaturas anuais para a Corte de 12\$000, semestrais de 6\$000 e o número avulso 40rs; o jornal *Gazeta da Tarde* também custava 40rs o número avulso. Já os periódicos militares como *Anais Marítimos* e *O Soldado* e *o Marinheiro* custavam assinaturas anuais de 6\$000 e a *Revista Marítima Brasileira* 5\$000 anuais. Apenas o jornal *O Soldado* e *o Marinheiro* era comercializado avulso custando 200rs por número valor cinco vezes maior que os periódicos acima citados.

Todos os quatro periódicos estavam comprometidos com a classe militar e procuravam contribuir para o avanço das Forças Armadas seja veiculando notícias sobre tecnologias para a guerra ou discutindo as necessidades mais antigas e urgentes da instituição. No entanto, o valor em que eram comercializados chegou a ser 500% maior em comparação aos demais periódicos que circulavam no mesmo período no Rio de Janeiro. Esse fator limitava a sua comercialização entre os militares de baixa patente, entre eles os aprendizes, aos quais as discussões para as reformas eram direcionadas.

Consideramos que o preço cobrado por esses periódicos também contribuiu em grande medida para o seu encerramento. Contudo, uma estratégia para evitar represálias e prolongar o funcionamento destes jornais foi a falta de assinatura dos autores na maioria das publicações – com exceção do jornal O Marujo – e a não atribuição das reivindicações a uma bandeira política.

Em suma, os resultados de nossa pesquisa nos levaram a concluir que a ocorrência dos dois temas analisados: reformas nas CAM/EAM e os requisitos para a formação dos aprendizes apesar de reaparecerem na edição seguinte do dos regimentos em vigor não eram atendidas de forma satisfatória. Entre as reformas para as CAM/EAM, tema 1, consideramos como maior adversidade a estrutura do local onde os menores eram alojados no período de aprendizagem. Os prédios onde estavam situadas não ofereciam um alojamento adequado, tampouco a estrutura para a instrução elementar e profissional dos aprendizes.

Para os requisitos da formação, tema 2, percebemos como fator mais agravante e urgente de reformulação o processo de alistamento. A negligência na avaliação do menor no momento da sua entrada na instituição foi o fator que desencadeou o baixo rendimento dos aprendizes durante o tempo de aprendizagem. A estrutura que a instituição mantinha não dava conta de reabilitar aqueles admitidos com problemas de saúde ou analfabetos, pois a CAM/EAM não possuiu em nenhum período dentro do recorte temporal em que abrangeu essa pesquisa (1881-1907) a estrutura completa necessária à reabilitação desses menores ao mesmo tempo em que formava marinheiros profissionais para a Marinha de Guerra.

## **Considerações finais**

Eduquemos o nosso pessoal, acumulemos grande cópia de conhecimentos e no dia da prova poderemos dizer com ufania: fizemos tudo quanto podemos se não podemos fazer tudo quanto queríamos. (Revista Marítima Brasileira).

Ao fim da análise dos quatro periódicos militares dedicados a Marinha concluímos que eles se empenharam em fortalecer o espírito militar dos jovens aprendizes do mar e revigorar através da discussão das reformas a importância da instituição entre os legisladores imbuídos de decidir o seu futuro.

Nossa pesquisa foi uma tentativa de contribuição para a ampliação dos estudos da história da Marinha e das EAM através do diálogo com a imprensa periódica militar na medida em que utilizamos periódicos da Marinha como fonte. Todos se encontram em formato digital e estão disponíveis *online*. Ressaltamos que a análise se desenvolveu utilizando o número de edições disponíveis pela Hemeroteca Nacional Digital e a Biblioteca Pública do Estado de Santa

Catarina e não corresponde ao total de edições publicadas no período em que estiveram em circulação.

Apesar do número reduzido, consideramos que nosso trabalho promoveu uma reflexão sobre a trajetória das Companhias/Escolas de Aprendizes Marinheiros através de um novo olhar. Pois, ao explorar os artigos compreendemos a problemática que envolvia a criação e a manutenção das instituições para formação de marinheiros, superando a utilização da documentação oficial, ou seja, os regulamentos baixados via decreto para regradar o funcionamento de todas as unidades da instituição. Todavia, este é um trabalho inicial que pode ser continuado através da utilização de outros periódicos da Marinha, bem como abranger as demais instituições ligadas a ela.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIAS NETO, José Miguel. *Revista Marítima Brasileira: 1851-1855: A liberdade de pensamento na Marinha Imperial e o projeto de nação no século XIX*. Trabalho apresentado em outubro de 2011 no I Ciclo de Estudos em História Militar promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Militar do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 2011.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos In: *Fontes Históricas*.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História e Documento: documento e metodologia da pesquisa*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização no exército brasileiro (1850-1881)*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MOREIRA, Ildeu de Castro e MASSARANI, Luisa. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In MOREIRA, Ildeu *et all. Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro, Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002.

MACHADO, Gisele. *Escreveu, não leu, o pau comeu: A Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina (1889 -1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007, p.79.

**Periódicos:**

Anais Marítimos (1861)

O Soldado e o Marinheiro (1869)

Revista Marítima Brasileira (1881-1907)

O Marujo (1907-1908)